

**Impresso  
Especial**

9912175140/2007-DR/PR  
IPARDES

...CORREIOS...



**GOVERNO DO  
PARANÁ**

SECRETARIA DE ESTADO  
DO PLANEJAMENTO E  
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

# Análise Conjuntural

## IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.30, n.11-12, novembro/dezembro 2008

### sumário

- 3 A CRISE INTERNACIONAL E O BALANÇO DE PAGAMENTOS  
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 5 A RECESSÃO MUNDIAL E O BRASIL  
Gilmar Mendes Lourenço
- 12 PERSPECTIVAS DA AVICULTURA BRASILEIRA E PARANAENSE  
Guilherme Amorim
- 15 ECONOMIA PARANAENSE: SÍNTESE DOS RESULTADOS DE 2008  
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 18 AVANÇOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA  
Silmara Cimalista
- 21 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS  
Guilherme Amorim, Aline Matsushita, Flávia Tamioso Marvulo e Maria Laura Simões Saker
- 24 ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

ROBERTO REQUIÃO - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

**IPARDES**

CARLOS MANUEL DOS SANTOS

*Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH

*Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

*Diretora do Centro de Pesquisa*

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

*Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

**ANÁLISE CONJUNTURAL**

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

**Equipe**

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

SILMARA CIMBALISTA (*Pedagoga*)

ALINE MATSUSHITA

FLÁVIA TAMIOSO MARVULO

MARIA LAURA SIMÕES SAKER

*(Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias)*

**EDITORAÇÃO**

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ANA BATISTA MARTINS (*editoração eletrônica*)

CRISTIANE BACHMANN (*revisão*)

LUIZA PILATI LOURENÇO (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

# A CRISE INTERNACIONAL E O BALANÇO DE PAGAMENTOS

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

O jornalismo econômico tem destacado, na cobertura da crise, a forte depreciação da moeda nacional. Diferentemente das nações desenvolvidas, as economias não-centrais vêm enfrentando pressões cambiais, em razão do redirecionamento dos fluxos financeiros para ativos em moedas conversíveis, o que leva à redução das reservas internacionais de vários países emergentes, os quais, em sua maioria, acumularam divisas até a intensificação da crise originada no mercado *subprime* dos Estados Unidos.

A despeito da amplitude do movimento de desvalorização cambial, que poupa algumas poucas economias em desenvolvimento, observam-se graus diferenciados de volatilidade das taxas de câmbio, com impactos mais acentuados sobre alguns países, como o Brasil. De acordo com dados do Banco Central, o real apresentou depreciação de 51,0% frente ao dólar norte-americano no período de 1.º de setembro a 09 de dezembro, variação superada apenas pela da hryvnia ucraniana, considerando-se 24 moedas de nações emergentes ou de industrialização relativamente recente (tabela 1).

TABELA 1 - DESVALORIZAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO - PAÍSES SELECIONADOS - 1.º SET-09 DEZ 2008

MOEDA / PAÍS	DESVALORIZAÇÃO (%)	MOEDA / PAÍS	DESVALORIZAÇÃO (%)
Hryvnia (Ucrânia)	62,5	Peso (Colômbia)	18,3
Real (Brasil)	51,0	Peso (Argentina)	13,6
Zloty (Polônia)	33,3	Rublo (Rússia)	13,2
Nova Lira (Turquia)	32,0	Lev (Bulgária)	13,2
Rand (África do Sul)	30,6	Rupia (Índia)	12,3
Peso (México)	30,5	Naira (Nigéria)	8,7
Peso (Chile)	29,5	Ringgit (Malásia)	6,3
Won (Coreia do Sul)	28,7	Dólar (Cingapura)	5,7
Peso (Uruguai)	26,9	Novo Sol (Peru)	5,7
Novo Leu (Romênia)	25,1	Bath (Tailândia)	3,5
Guarani (Paraguai)	23,1	Boliviano (Bolívia)	0,6
Rupia (Indonésia)	20,0	Iuan (China)	0,3

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTA: Em relação ao dólar norte-americano.

Não coincidentemente, as desvalorizações do câmbio mais proeminentes foram registradas pelas economias caracterizadas pela maior dependência em relação ao capital financeiro externo para o fechamento do balanço de pagamentos. Em 2008, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a Ucrânia, o Brasil, a Polônia e a Turquia contabilizarão déficits em conta corrente de, respectivamente, 7,2%, 1,8%, 4,7% e 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que, em todos esses casos, se verifica deterioração em relação aos resultados dos anos anteriores. Cabe citar ainda, entre os países cujas moedas vêm perdendo valor de forma expressiva, a África do Sul e o México, que deverão anotar saldos negativos em transações correntes de 8,0% e 1,4% do PIB, respectivamente, no encerramento do atual exercício.

Portanto, ao desprezar a importância dos superávits em conta corrente e, conseqüentemente, ampliar a necessidade de financiamento externo, os gestores da política econômica brasileira amplificaram os efeitos da crise, o que inclui a depreciação da moeda nacional, derivada da fuga de capitais financeiros. Nos meses de setembro e outubro, de acordo com o Banco Central, o investimento estrangeiro em carteira no País (compreendendo a Bolsa de Valores e a renda fixa) registrou saídas líquidas de US\$ 9,1 bilhões, após contabilizar saldo positivo de US\$ 18,2 bilhões no acumulado de janeiro a agosto de 2008.

\* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais.

As causas do *overshooting* do câmbio ficam ainda mais claras diante do perfil do balanço de pagamentos. Em 2007, as aplicações estrangeiras em papéis de renda fixa e ações no Brasil corresponderam a 3,7% do PIB, sendo preponderantes na captação de recursos externos, o que eleva a vulnerabilidade da economia nacional às saídas de recursos financeiros. A título de comparação, o saldo da balança comercial, em um período marcado pelos bons preços das mercadorias exportadas, equivaleu a 3,0% do PIB brasileiro, abaixo, por conseguinte, do patamar alcançado pelos investimentos em carteira, em uma condição oposta à dos países atualmente menos suscetíveis aos choques cambiais, cujos resultados comerciais suplantam os das contas financeiras (tabela 2).

TABELA 2 - BALANÇO DE PAGAMENTOS - PAÍSES SELECIONADOS - 2007

ITEM	PROPORÇÃO DO PIB (%)					
	Brasil	Argentina	Malásia	China	Tailândia	Cingapura
Transações correntes	0,1	2,7	15,5	11,3	6,1	24,3
Balança comercial	3,0	5,1	20,0	9,6	4,9	30,5
Serviços e rendas	-3,2	-2,5	-2,0	0,5	-0,4	-5,2
Transferências unilaterais correntes	0,3	0,1	-2,5	1,2	1,6	-1,0
Conta capital e financeira	6,8	2,2	-5,8	2,2	-0,5	-11,6
Conta capital	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	-0,2
Conta financeira	6,7	2,2	-5,8	2,1	-0,5	-11,4
Investimento direto	2,1	1,9	-1,4	3,7	3,2	7,3
Investimento em carteira	3,7	2,5	2,9	0,6	-2,3	-10,3
Outros investimentos	0,9	-2,3	-7,3	-2,1	-1,4	-8,4
Erros e omissões	-0,2	0,1	-2,6	0,5	1,4	-0,7
Resultado do balanço	6,7	5,0	7,1	14,1	7,0	12,0

FONTES: BCB, ADB, INDEC

Embora pareça contraditório diante da indesejável volatilidade do câmbio nos últimos meses, uma solidez maior do balanço de pagamentos do País exigirá necessariamente a manutenção da cotação do real em um nível que assegure competitividade e rentabilidade ao setor exportador, incluindo segmentos voltados à produção de bens de alto conteúdo tecnológico, com a implementação de medidas para evitar movimentos de sobrevalorização, como o observado até o agravamento do quadro mundial. Nesse sentido, é importante colocar que a dimensão da atual perda de valor da moeda nacional deriva, em razoável medida, das restrições ao desempenho do comércio exterior impostas pela expressiva apreciação do câmbio no período pré-crise, o que manteve elevada a dependência da Nação em relação aos fluxos financeiros internacionais.

Em outras palavras, a opção pelo populismo cambial no passado recente, viabilizada pelo cenário externo então favorável, contribuiu para o presente comportamento da cotação do real. Em um exercício simples, com a exclusão do efeito da elevação dos preços em dólares das mercadorias exportadas no período 2005-2007, as vendas externas nacionais totalizariam US\$ 115,3 bilhões no ano passado, muito abaixo dos US\$ 160,6 bilhões efetivamente registrados. No caso das importações, a cifra atingiria US\$ 93,8 bilhões, resultando em um saldo comercial de apenas US\$ 21,5 bilhões, valor significativamente inferior ao realmente contabilizado em 2007 (US\$ 40,0 bilhões), o que não deixa dúvida quanto às propícias condições instauradas pelo aquecimento da demanda externa, possibilitando estratégias de ganho do poder de compra pela via da rápida valorização cambial.

Em suma, processos de crescimento econômico amparados em poupanças externas, principalmente em recursos financeiros, mostram-se mais uma vez não-duradouros, dada a necessidade de permanência de um quadro internacional extremamente favorável, enquanto modelos de desenvolvimento baseados em poupança interna, que exigem uma taxa de câmbio competitiva, apresentam resultados mais efetivos em termos de expansão da renda, conforme apontam as evidências empíricas. Obviamente, o crescimento da poupança interna, com conseqüente redução da dependência em relação ao capital externo, requer também outras ações de política econômica, como as de cunho fiscal, tanto para melhor esterilização das reservas que venham a ser acumuladas quanto para maior participação do setor público na renda não consumida.

O governo do Estado do Paraná promoveu, entre os dias 7 e 11 de dezembro de 2008, em Curitiba, o Seminário "Crise: rumos e verdades". O evento reuniu especialistas internacionais e nacionais, que discutiram a natureza, os efeitos e as possíveis saídas para a instabilidade financeira global.

Por uma ótica conjuntural, percebe-se que, depois dos abalos financeiros experimentados nos meses de setembro, outubro e novembro de 2008 e da definição das eleições presidenciais dos Estados Unidos (EUA), em favor do candidato Barack Obama, cujo partido (Democrata) recuperou a maioria na Câmara dos Representantes e no Senado, perdida em 1992, o sistema econômico mundial passou a emitir sinais mais nítidos acerca da provável trajetória a ser trilhada por finanças, produção e comércio, a partir da utilização dos mecanismos de política econômica anunciados durante o período de pânico.

A preocupação central repousa no gerenciamento adequado da duração e intensidade da recessão, em um ambiente de diminuição dos focos inflacionários, sobretudo aqueles derivados de pressões pelo lado da demanda agregada, especificamente os dispêndios com consumo privado, investimento, compras governamentais e exportações.

Ao contrário do ocorrido em intervalos de tempo imediatamente após o primeiro e o segundo choques do petróleo, em 1973 e 1979, quando a pronunciada retração dos níveis de atividade foi acompanhada de abrupta e continuada ascensão dos patamares de inflação – episódio denominado de estagflação –, delinea-se, para o exercício de 2009, a conjugação entre recessão e deflação, fenômeno bastante parecido com o acontecido nos EUA, durante o começo dos anos 1930, e no Japão, no decênio de 1990.

A propósito disso, ainda que menos profundo do que na década de 1930, devido às atitudes mais rápidas tomadas pelas autoridades fiscais e monetárias, o panorama presente foi batizado de estagdeflação pelo economista Nouriel Roubini, conhecido como o profeta do caos por ter previsto o primeiro choque da globalização financeira do século 21, situação praticamente inevitável diante da supervalorização de ativos verificada entre 2003 e 2007.

A cotação do barril de petróleo furou o piso de US\$ 50,0 no final de novembro, pela primeira vez desde 2005, depois de alcançar quase US\$ 150,0 no começo do segundo semestre de 2008. As companhias integrantes das bolsas nos EUA perderam mais de US\$ 8,0 trilhões entre junho de 2007 e novembro de 2008, o que corresponde a 57,0% do Produto Interno Bruto (PIB) daquele país.

O PIB norte-americano caiu 0,5% no terceiro trimestre de 2008, o primeiro resultado negativo desde os -0,2% dos últimos três meses de 2007 e o pior desde o terceiro trimestre de 2001. O National Bureau of Economic Research (NBER), escritório nacional de estatística dos EUA, defende que a economia daquele país ingressou em uma trajetória recessiva desde dezembro de 2007, depois dos 120 e 73 meses de expansão registrados durante os anos 1990 e a partir de novembro de 2001, respectivamente.

Já o desemprego subiu de 6,1% da População Economicamente Ativa (PEA) em setembro para 6,7% em novembro de 2008, o pior desempenho desde fevereiro de 1994 (6,6% da PEA), configurando a eliminação de 533,0 mil postos somente no mês de novembro. Estatísticas da Automatic Data Processing (ADP) apontam encolhimento de 250 mil pessoas no contingente empregado pelo setor privado nos EUA em novembro, o maior desde novembro de 2001.

Simultaneamente, o número de solicitações de seguro-desemprego superou 540 mil em novembro, o maior desde julho de 1992, e o CPI, Índice de Preços ao Consumidor dos EUA, recuou 1,0% em outubro, segundo o Departamento do Trabalho, declínio mais expressivo desde fevereiro de 1947. Se for considerada a variação apenas do núcleo do indicador (descontada a volatilidade de energia e alimentos), o decréscimo foi de 0,1%, o primeiro desde 1982.

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano – FAE Business School.

A construção de habitações e a concessão de alvarás para novos empreendimentos imobiliários nos EUA experimentaram em novembro declínios recordes de 18,9% e 15,6%, respectivamente, segundo o Departamento de Comércio.

O PIB da Eurozona diminuiu 0,2% no segundo e no terceiro trimestres; o da União Européia decresceu 0,2% no terceiro trimestre, depois de ter permanecido estagnado no segundo; e a economia italiana retraiu 0,2% e 0,9% no segundo e no terceiro trimestres de 2008. As atividades do Setor de Serviços da Zona do Euro experimentaram pronunciada queda no mês de novembro de 2008, evidenciada pelo Purchasing Managers Index, calculado pelo Instituto Markit, que desceu para 42,5 pontos, depois de atingir 45,8 pontos em outubro. Conforme a metodologia da pesquisa, a apuração de indicador inferior a 50,0 pontos é característica de desaceleração.

Em idêntico embalo, o PIB japonês encolheu 0,9% e 0,5% no segundo e no terceiro trimestres, respectivamente, e as exportações chinesas diminuíram 2,2% em novembro de 2008, frente ao mesmo mês de 2007, representando o primeiro resultado negativo desde 2001. A produção industrial da China exibiu, em novembro de 2008, o menor ritmo de expansão em quase uma década: 5,4%.

Nesse contexto, é preciso lembrar a abrangente articulação mundial, envolvendo intervenções públicas de aporte de recursos a segmentos afetados e/ou com maior poder de pressão, materializadas em operações de socorro financeiro e de absorção de bancos.

Porém, essa postura atenderia apenas ao propósito de neutralização da derrocada de confiança, ou de devolução da solvência, por meio de recapitalização, compra de papéis podres ou estatização, de forma a amainar os eixos destrutivos da crise, estancar o processo de quebra de instituições financeiras e evitar a deflagração de uma depressão.

Até aqui, nenhuma das atitudes pró-ativas teve o poder de restauração da confiança dos atores econômicos a ponto de esboçar o delineamento de um cenário de recomposição da operação do sistema de empréstimos e dos mecanismos de crédito para consumo e investimento. O que se avalia é que, mesmo impedindo a falência de algumas instituições financeiras de porte, o Federal Reserve (FED, o Banco Central norte-americano) teria cometido um pecado mortal ao permitir a quebra do Lehman Brothers.

Por isso, o abrandamento do curso recessivo requer o emprego de expedientes conjunturais e estruturais. Por um prisma de curto prazo, foi deflagrada nova rodada de redução dos juros, principalmente por parte dos bancos centrais europeus, que ainda praticam taxas consideradas altas quando cotejadas com a Prime Rate, taxa básica de juros dos EUA, que se situa em uma faixa entre zero e 0,25% ao ano (a.a.), desde meados de dezembro de 2008 – a menor da história.

Nessa perspectiva, no começo de dezembro, o Banco Central Europeu (BCE) diminuiu a taxa básica de juros de 3,25% a.a. para 2,5% a.a. Em direção análoga, o Banco da Inglaterra reduziu os juros de 3,0% a.a. para 2,0% a.a., o menor nível desde 1951.

O Reino Unido também lançou, no final de novembro de 2008, um plano de redução dos impostos incidentes sobre a classe média e de acréscimo para as categorias mais elevadas na absorção da renda. A Comissão Européia sugeriu que os 27 países do bloco aprovassem, ainda em 2008, estímulos fiscais, creditícios e sociais de cerca de 1,5% do PIB, constante de um pacote de US\$ 259,0 bilhões.

Os EUA anunciaram, por intermédio do FED, novo socorro de US\$ 800,0 bilhões, sendo US\$ 200,0 bilhões para bancos, US\$ 500,0 bilhões para a compra de papéis hipotecários e US\$ 100,0 bilhões para a aquisição de bônus das empresas. Sintomaticamente, pesquisa da Mortgage Bankers Association (MBA) mostra que o volume de pedidos de financiamentos imobiliários nos EUA aumentou 112,1% na semana encerrada em 28 de novembro frente à semana anterior, fato confirmado pelo salto no indicador de solicitações de 404,4 para 857,7. Os requerimentos de hipotecas para refinanciamentos imobiliários já existentes subiram 203,3%, correspondendo a 69,1% do total.

Em direção análoga, a China divulgou um plano de US\$ 586,0 bilhões para o financiamento de empreendimentos infra-estruturais em dois anos, equivalendo a 14,0% do seu PIB, e diminuiu as taxas de juros para empréstimos de 6,66% a.a. para 5,58% a.a. e as taxas de referência para depósitos de 3,60% a.a. para 2,52% a.a., o que equivale ao maior corte promovido desde outubro de 1997.

Todavia, os incentivos chineses podem não compensar a propensão de um ajuste contracionista manifestada pelos mercados, por meio da desaceleração dos níveis de consumo e seus desdobramentos negativos sobre as cadeias globais de fornecimento de máquinas e equipamentos e matérias-primas agrícolas, agroindustriais, minerais e metálicas.

Ressalte-se que, enquanto China e Europa ainda ostentam margens apreciáveis para maiores abrandamentos das restrições monetárias, os espaços para novas rodadas de rebaixamento dos juros são limitados nos EUA e no Japão, sobrando apenas o vetor fiscal da diminuição de impostos e ampliação de dispêndios públicos correntes. Frise-se que o Japão injetou quase US\$ 700,0 bilhões no mercado desde agosto de 2008.

---

*As incursões do futuro presidente Obama  
conduzem à interpretação de prioridade à atenuação  
da situação de fragilidade da classe média dos EUA*

---

Por ora, as incursões do futuro presidente Obama conduzem à interpretação de prioridade à atenuação da situação de fragilidade da classe média dos EUA, com medidas voltadas ao estímulo à recuperação da demanda, particularmente com a diminuição da carga de impostos, e à interrupção da devolução das residências financiadas, resultando em estabilização dos preços dos imóveis, inclusive para facilitar a própria avaliação dos títulos podres, lastreados nas hipotecas *subprime*.

Nos EUA, houve a criação do Comitê de Recuperação Econômica, presidido por Paul Volcker, responsável pela política de austeridade monetária irradiada para a economia mundial no começo dos anos 1980, como forma de adequação recessiva ao segundo choque do petróleo, aplicado pela Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), no final de 1979.

Por esse prisma, as ações oficiais devem alcançar de modo marginal as classes de renda elevada e as grandes empresas, exceto as do ramo automobilístico, em razão dos impactos para frente e para trás em emprego e renda, o que contraria a recomendação do G20 acerca da suspensão, por 12 meses, da imposição de novas barreiras às importações e da concessão de incentivos setoriais, conforme concepção de restauração da rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), ainda em 2008.

A comercialização de automóveis despencou pelo 12º mês consecutivo em outubro, nos EUA, com quedas de 45,0% para a General Motors (GM) – a maior desde 1970 –, 35,0% para a Chrysler, 30,0% para a Ford, e 23,0% para a japonesa Toyota. Só em 2008, os preços das ações da GM caíram 81,0%.

Aliás, a Ford apresentou ao Congresso norte-americano um programa de recuperação financeira de US\$ 10,0 bilhões, incluindo investimentos em tecnologia de ponta e em produtos que incorporem melhoria da eficiência energética. O plano de reestruturação da GM supera os US\$ 14,0 bilhões. Negociadores da Casa Branca e congressistas democratas acordaram ajuda financeira oficial de US\$ 15,0 bilhões a GM, Ford e Chrysler, em troca de participação acionária.

Pelo ângulo estrutural, emerge a premência de restabelecimento dos mecanismos de regulação bancária, desmontados no início da década de 1970, que deveria contemplar ações voltadas à intensificação da fiscalização e supervisão dos agentes financeiros, principalmente os de varejo e as agências que não possuem características de bancos comerciais, atuantes naquilo que se convencionou chamar de desintermediação. Igualmente relevante seria a realização de controles e auditorias internas das instituições, além de apreciações mais rápidas e rigorosas de garantias e imposições de limites de crédito.

As projeções do mercado para o desempenho econômico global em 2009 são desanimadoras, conforme aponta o Fundo Monetário Internacional (FMI) – tabela 1.

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNDO E PAÍSES SELECIONADOS - 2006-2009

UNIDADE GEOGRÁFICA	TAXA DE CRESCIMENTO (%)			
	2006	2007	2008	2009
Mundo	5,1	5,0	3,7	2,2
Avançados	3,0	2,6	1,4	-0,3
EUA	2,8	2,0	1,4	-0,7
Zona do Euro	2,8	2,6	1,2	-0,5
Reino Unido	2,8	3,0	0,8	-1,3
Alemanha	3,0	2,5	1,7	-0,8
França	2,2	2,2	0,8	-0,5
Japão	2,4	2,1	0,5	-0,2
Emergentes	7,9	8,0	6,6	5,1
China	11,6	11,9	9,7	8,5
Rússia	7,4	8,1	6,8	3,5
Índia	9,8	9,3	7,8	6,3
Brasil	4,0	5,4	5,2	3,0

FORNTE: FMI

Aliás, até o final de novembro, o fundo teria aprovado empréstimos *stand by* de mais de US\$ 40,0 bilhões, destinados à cobertura de desequilíbrios no balanço de pagamentos da Ucrânia, da Hungria, do Paquistão e da Islândia.

Estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), constituída pelas 30 economias mais industrializadas do planeta, revelam queda de 0,4% no PIB do grupo para 2009, contra previsão de expansão de 1,7%, feita no mês de junho.

Pesquisa preparada pela agência norte-americana Bloomberg, a partir de consultas a especialistas dos meios econômicos internacionais, prevê, para os EUA, a maior retração do consumo privado desde 1942, as mais acentuadas taxas de desemprego das últimas duas décadas e meia, e a superação do tempo de 16 meses de duração das recessões findas em 1975 e 1982, contra 43 meses dos anos 1930.

Nesse particular, Obama manifestou a intenção de avançar na retomada do vigor da economia norte-americana, por meio da realização de investimentos em renovação da infraestrutura (sobretudo em energia e transporte ferroviário) e na revisão dos acordos de liberalização da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), formada por EUA, Canadá e México.

De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em conjunto com o instituto alemão IFO, o Índice de Clima Econômico (ICE) da América Latina recuou de 4,6 pontos em julho para 3,4 em outubro de 2008, a pior expectativa em 11 anos. O indicador mede o sentimento de analistas sobre o quadro econômico dos países, variando entre 1,0 e 9,0, sendo avaliado satisfatório quando supera 5,0 pontos. No Brasil, a saída líquida de divisas estrangeiras foi de US\$ 7,2 bilhões em novembro, superando em 54,0% as cifras de outubro e atingindo o maior nível desde janeiro de 1999.

Por certo, a valorização do dólar deve impulsionar os preços dos bens comercializáveis exportados pelas nações emergentes, com impactos inflacionários localizados na área dos preços administrados, ainda que menos intensos em função do quadro de desaceleração econômica, em circunstâncias de mercados internos mais abertos, sensíveis ao acirramento da concorrência intercapitalista.

Em tais condições, e com a brusca alteração da estrutura de preços relativos em favor do câmbio, provocada pela escassez de liquidez externa e pela inversão dos fluxos de capitais de curto prazo, parece correto admitir o surgimento de margens de manobra para alterações na orientação macroeconômica brasileira, na direção da diminuição dos juros, em fase com a marcha internacional.

Tal posição contribuiria de forma relevante para o restabelecimento dos níveis de crédito domésticos, por conta da redução dos custos de captação dos intermediários financeiros potencializada pelo declínio do peso exercido pela rolagem dos encargos da dívida pública na massa de financiamentos, ensejando compressão dos níveis de risco e maior disponibilidade de capital para amparo do giro dos negócios privados.



Nas circunstâncias atuais, a vigorosa expansão econômica do País, verificada entre janeiro e setembro de 2008, marcada pela variação de 6,4% do PIB, liderada pelo incremento das importações (22,6%), pelo lado da oferta, e dos investimentos (17,3%) e do consumo das famílias (6,5%), pelo ângulo da demanda, demonstra diminuto poder de sustentação em curto prazo.

Até porque parcela razoável do crescimento vinha sendo impulsionada por expressiva transferência de renda dos agentes produtivos para governo e entidades financeiras, evidenciada pelos acréscimos de 10,7% registrado no PIB de intermediários financeiros e de 9,1% na arrecadação. Tanto é assim que, descontado o desempenho dos impostos, a evolução do PIB ficaria em 5,9%.

Predominam impressões de que a penetração da crise externa servirá para interromper o processo de alteração do patamar de crescimento da economia do País, próximo de 6,2% a.a. entre 2004 e 2008, contra 2,3% a.a. no período 1995-2003. Mais do que isso, a internalização da instabilidade internacional pode arrefecer o ritmo de expansão da taxa de investimento, que atingiu 20,4% do PIB no terceiro trimestre (recorde para o período) – variável crucial para a impulsão dos níveis de atividade de forma sustentada e livre de pressões inflacionárias. Sem contar que aproximadamente metade da elevação do capital fixo das empresas dependia de autofinanciamento, 25,0% de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e 25,0% de aportes externos e do mercado de capitais.

Convém ter em conta o retardo temporal entre a eclosão do cenário financeiro adverso e seus impactos nas decisões de compra dos consumidores e na programação de produção, investimentos e contratações das empresas. Isso explica, por exemplo, a conquista da segunda melhor aprovação da história do governo e da popularidade do Presidente da República (71,1% e 80,3%, respectivamente), segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT)/Sensus, em dezembro de 2008. A melhor performance apurada pela investigação, efetuada desde 1998, havia sido obtida em janeiro de 2003, no começo do primeiro mandato de Lula.

Em sentido análogo, inquérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI)/Ibope levantou avaliação positiva (ótima e boa) da atual administração para 83,0% da população – performance recorde, suplantando os 77,0% auferidos pela gestão Sarney, em setembro de 1986, durante o auge do Plano Cruzado. A popularidade do Presidente também foi recorde, chegando a 84,0% de aceitação em dezembro.

Mas o tempo do governo está ficando cada vez mais curto, pois a economia real estaria acusando a dimensão dos efeitos da crise externa nos negócios domésticos, notadamente na demanda por bens salariais (alimentos, remédios, produtos de higiene, roupas, calçados, tecidos etc.) e naquela movida a crédito.

A produção industrial caiu 1,7% em outubro frente a setembro de 2008, puxada pela fabricação de bens de consumo duráveis (-4,7%, afetada pela queda de -11,6% em veículos automotores) e intermediários (-3,0%, puxada por refino de petróleo), conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As vendas reais e as horas trabalhadas na indústria declinaram 0,2% e 0,3%, respectivamente, em comparação com setembro, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por fim, o faturamento real do comércio varejista caiu 0,3% em outubro, de acordo com o IBGE.

Especificamente no mercado de trabalho, conforme acompanhamento realizado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), houve acréscimo de 61,4 mil postos formais em outubro, o que significa 70,1% abaixo do constatado no mesmo mês de 2007 (205,3 mil), sendo o pior resultado desde 2003. O nível de emprego na indústria paulista encolheu 0,14% e 1,46% em setembro e outubro, respectivamente, conforme levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Segundo o IBGE, a taxa de desemprego situou-se em 8,0% da População Economicamente Ativa (PEA) entre janeiro e outubro de 2008, contra 9,6% no mesmo período de 2007, e a renda média do trabalhador cresceu 3,3% em idêntico intervalo. Ainda assim, o rendimento médio em outubro declinou 1,3% em relação a setembro, representando a pior performance desde janeiro de 2006.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), aferido pela FGV, com base em um painel de mais de 2,0 mil domicílios, em sete capitais brasileiras, caiu de 101,1 pontos em setembro

para 96,9 pontos em novembro de 2008, consubstanciando o menor nível da série histórica iniciada em setembro de 2005. O Índice varia em uma faixa de zero a 200, com o piso indicando completo pessimismo e o teto denotando plena euforia. Já a confiança industrial caiu de 119,2 pontos em agosto para 84,1 pontos em novembro.

No fundo, é perceptível a proliferação de elementos característicos de perda de fôlego das variáveis explicativas do dinamismo da fabricação e comercialização, ligadas às vendas externas e/ou à absorção doméstica de bens de consumo. É o caso do agronegócio e dos bens intermediários, particularmente os metais.

O financiamento externo de empresas brasileiras via emissão de bônus e outros papéis privados mudou de sinal com a crise, passando de captações líquidas de US\$ 3,7 bilhões no segundo trimestre para pagamentos líquidos de US\$ 1,6 bilhão no terceiro trimestre de 2008.

O abrandamento dessa situação vem exigindo enorme esforço financeiro do BNDES, que emprestou R\$ 4,512 bilhões em linhas para exportação entre janeiro e outubro de 2008, o que representou incremento de 44,5% em relação ao mesmo período de 2007. Apenas em outubro, houve variação de 115,0% frente a igual mês do ano anterior.

Mas a restrição é particularmente mais relevante na indústria automobilística, por dois fatores sincronizados: os recordes históricos de produção e vendas registrados até o mês de agosto de 2008, associados ao incremento do consumo, financiado em prazos elásticos (entre 72 e 99 meses); e os efeitos multiplicadores para frente e para trás em uma abrangente e sofisticada cadeia produtiva.

A produção e o licenciamento de veículos caíram 28,6% e 25,0%, respectivamente, em novembro em relação ao mesmo mês de 2007. Tal performance pode ser imputada diretamente à insuficiência, à elevação do custo e à seletividade na concessão de crédito, responsável por cerca de 70,0% da comercialização do segmento, que vem concedendo férias coletivas não planejadas aos trabalhadores, antecipando e/ou estendendo o que normalmente ocorre no final do ano.

Conforme a Sondagem Conjuntural da FGV, em outubro de 2008 cerca de um terço das empresas manufatureiras brasileiras avaliavam como elevado o grau de exigência dos bancos para a concessão de empréstimos, contra 16,0% em julho. Na mesma linha, pesquisa da CNI apurou, em fins de novembro, expectativa de queda da demanda, ampliação das restrições creditícias e aumento dos preços dos insumos em 2009 para 57,0%, 55,0% e 40,0%, respectivamente, dos empresários investigados.

---

*As medidas fiscais anunciadas pelo governo em dezembro podem ser insuficientes para a reativação do consumo, por serem ex post e não preventivas*

---

As providências de flexibilização fiscal anunciadas pelo governo em dezembro, precisamente a reformulação da tabela do Imposto de Renda (IR) e a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para 1,88%, ambos para as pessoas físicas, a diminuição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre automóveis, e a disponibilização de 5,0% (US\$ 10,0 bilhões) das reservas cambiais para a cobertura de encargos de empresas em moeda estrangeira podem ser insuficientes para a reativação do consumo, por serem ex post e não preventivas.

O novo IR prevê isenção para rendimentos mensais de até R\$ 1.434,00 e alíquotas de 7,5% entre R\$ 1.434,00 e R\$ 2.150,00, de 15,0% entre R\$ 2.150,00 e R\$ 2.866,00, de 22,5% entre R\$ 2.866,00 e R\$ 3.582,00, e de 27,0% acima de R\$ 3.582,00. Vale ressaltar que a renda média nas seis principais regiões metropolitanas é inferior a R\$ 1.300,00 e que apenas 24,0% da PEA declara IR, dos quais 40,0% estão isentos.

Os cálculos do mercado, denotando que o efeito pleno do pacote divulgado equivaleria à renúncia fiscal de R\$ 8,4 bilhões (1,0% da carga tributária) e ao acréscimo de 0,5% no consumo privado, podem não incorporar a recente ascensão da inadimplência dos consumidores. De acordo com a Serasa, a variação dos atrasos nos pagamentos superiores a 90

dias foi de 7,6% entre janeiro e novembro de 2008, em confronto com o mesmo período de 2007 (8,4% em 12 meses), e está distribuída entre bancos (43,1%), cartões de crédito e financeiras (33,5%), cheques devolvidos (21,2%) e títulos protestados (2,2%).

Estimativas preliminares dão conta de que até meados de novembro o governo teria mobilizado R\$ 250,0 bilhões, no afã de neutralizar as repercussões internas da crise internacional. Daquele montante, cerca de 54,0% corresponderia a recursos dos depósitos compulsórios; 29,0%, à permuta de moedas entre o BC e o FED; 12,0%, a linhas de crédito do BNDES e do Banco do Brasil (BB) para agricultura e exportação; e 5,0%, a outras formas de liberações.

Em circunstâncias de risco embutidas nas prováveis estatizações de bancos pelo BB e pela Caixa Econômica Federal (CEF), especialmente quanto a apreciação de ativos e subdimensionamento de passivos, e dada a reduzida eficácia da política monetária no equacionamento de problemas de atividades específicas, em contexto de escassez e elevado custo do crédito, a válvula de escape da política fiscal poderia ser ultrapassar renúncias específicas.

Tal proposição seria viabilizada com a alocação de parte dos recursos dos superávits primários e/ou das reservas internacionais em empreendimentos infra-estruturais, o que aumentaria a relação investimento/despesa pública total, permitiria articulações entre inversões públicas e privadas e estimularia a construção civil pesada.

Isso ocorreria também em substituição à inócua tentativa de estabilização do câmbio com a venda de dólares das reservas internacionais, em momentos de procura desenfreada pela moeda norte-americana em escala planetária, provocada pelo declínio das cotações das *commodities* e dos fluxos de capitais, o que vem incitando a deterioração das relações de troca do País. Lembre-se de que as reservas foram formadas em períodos de fartura da corrente de capitais no sentido do Brasil, ao custo de emissão de dívida interna.

Ademais, a implementação de providências de controle da entrada e saída de capitais, defendida inclusive por Dani Rodrik (professor da Universidade de Harvard e autor da proposição conhecida como Dissenso de Washington), ou mesmo a radicalização selada pela centralização cambial contribuiriam para a amenização dos riscos de crise no balanço de pagamentos e o desmanche da faceta obscura das operações com derivativos e, por consequência, da proliferação da insolvência das empresas atuantes do País.

De acordo com o que já foi mencionado, a margem de manobra monetária mais adequada incluiria a redução dos juros. Isso porque a dívida líquida do setor público diminuiu de 42,7% do PIB em 2007 para 35,0% em outubro de 2008, e a persistência de um déficit nominal de 1,3% do PIB decorre, quase que exclusivamente, dos estratosféricos juros reais pagos pelo governo para a rolagem dos passivos, ainda bastante concentrados no curto prazo.

Ao mesmo tempo, acompanhamentos efetuados pela empresa de consultoria Economatica apuraram que nos nove primeiros meses de 2008 as cinco maiores instituições financeiras brasileiras figuraram na lista das 20 mais lucrativas do continente americano (Estados Unidos e América Latina, exceto Canadá). O Itaú (já incluída a incorporação do Unibanco) estaria em segundo lugar, atrás do Wells Fargo e seguido pelo Bank of America. O Bradesco e o BB ocuparam o quarto e o quinto postos, respectivamente, situação que se altera com a compra da Nossa Caixa pelo BB por R\$ 5,4 bilhões.

O ano de 2008 foi marcado pela franca recuperação da indústria de carnes brasileira e, em particular, a paranaense. Os promissores indicadores de crescimento chegaram a gerar expectativas, excessivamente otimistas, de que a contração internacional de crédito não produziria grande impacto sobre a cadeia produtiva. Essa ilusão foi reforçada pela reduzida volatilidade no preço das carnes, em comparação com a flutuação na cotação dos grãos no último ano. Nos 12 meses encerrados em outubro, de acordo com os preços médios mensais divulgados pelo Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA), o preço do milho sofreu queda de 19,84%, e o da soja, embora tenha variado positivamente 12,95%, registrou declínio de 9,46% desde julho. No mesmo período, a elevação na cotação da carne de frango alcançou 14,97%; na da carne bovina, 28,40%; e na da carne suína, 52,38%.

Apesar do cenário internacional ainda pouco claro, às vésperas do final do ano, a escassez de financiamento que atingiu os importadores e o elevado nível de estoques demonstraram que o movimento de retração na demanda externa não seria compensado pelo câmbio mais favorável aos exportadores ou pelo aquecido mercado interno.

Mercado pela elevação dos custos no início do ano, pressionados pela valorização do milho, e pela brusca contração nas vendas a partir de setembro, 2008 não foi simples para os exportadores de carne de ave. Em novembro, após dois anos de disputa em painel da Organização Mundial de Comércio (OMC), Brasil e União Européia (UE) chegaram a acordo que encerrou o contencioso e tende a eliminar o mercado paralelo de licenças de importação. Desde meados de 2007, quando a UE arbitrariamente fixou cotas com taxas preferenciais para a carne de frango brasileira, o mercado foi dominado pela prática. O acordo prevê que a gestão das cotas seja compartilhada entre UE e a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). O Brasil possui cota de 170 mil toneladas de frango salgado, sujeita à tarifa de 15,4%, com redução prevista de 10% pelo entendimento na OMC. Há, ainda, outras cotas, abertas à competição internacional, de 200 mil toneladas de frango congelado e 70 mil toneladas de frango processado, passíveis de serem conquistadas por produtores brasileiros.

Ainda em novembro, a trágica interdição do porto de Itajaí prejudicou os embarques, desviados para Paranaguá, Rio Grande e Santos. De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), 220 mil toneladas foram embarcadas nesse mês, volume 30,2% inferior ao de outubro e 26,4% ao embarcado em novembro de 2007. No último mês de outubro, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o porto de Itajaí foi responsável por quase 106 mil toneladas das 299 mil toneladas de carne de frango, inclusive industrializada, exportadas pelo Brasil.

Em dezembro, após dois anos sem emitir licenças de exportação para produtores brasileiros, o governo chinês abriu seu mercado para 24 abatedouros nacionais, inclusive paranaenses. Embora a China seja grande produtora de aves, sua demanda crescente ainda está aquém da média mundial de consumo. O país também enfrenta problemas de distribuição e sanidade. Nesse período, a carne de frango brasileira entrou no maior mercado consumidor do mundo indiretamente – 350 mil toneladas eram, anualmente, exportadas para Hong Kong e revendidas.

A abertura do mercado russo tem demonstrado ser um processo particularmente complexo para os negociadores brasileiros. Entre janeiro e outubro de 2008, segundo a SECEX, a Rússia respondeu por 38,1% da exportação de carne bovina *in natura* e 51% das vendas externas de carne suína. No mesmo período, contudo, demandou apenas 4,9% da carne de frango exportada pelo Brasil. O sistema russo de cotas baseia-se em uma estrutura de comércio ultrapassada há dez anos. Conseqüentemente, na lista de cotas e tarifas submetida pelo governo russo à OMC o Brasil não recebe cota específica. A carne de frango brasileira disputa uma cota de 76 mil toneladas (6% do total importado). A visita do presidente

\* Economista, técnico da equipe permanente dessa publicação.

Medvedev ao País em novembro parece ter dado novo fôlego às discussões, embora os importadores russos, com estoques confortáveis e crédito escasso, não estejam exercendo grande pressão nesse sentido. A crescente corrente de comércio entre os dois países, que alcançou US\$ 5 bilhões em 2007, e a inauguração de uma indústria da Sadia em Kaliningrado (porto no Báltico, em enclave russo entre Polônia e Lituânia) deverão tornar as negociações mais profícuas em 2009, à medida que o cenário do financiamento do comércio internacional se torne menos obnubilado.

No curto prazo, a queda na demanda internacional levará a ajustes em toda a linha de produção. Entre os meses de outubro e novembro, a Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (APINCO) registrou redução de 12% na produção. De acordo com a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF), o mercado brasileiro absorve menos de dois terços da produção nacional e já havia formado estoques para o consumo de fim de ano. Os dois primeiros meses de 2009 deverão testemunhar, portanto, preços internos mais baixos diante do excesso de oferta. No Paraná, a redução da produção começou em novembro. Segundo o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (SINDIAVIPAR), parte dos produtores começou, naquele mês, o abate de matrizes com objetivo de equilibrar o mercado. O Paraná é o maior produtor do País. No ano passado, de acordo com a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado abateu mais de 2 milhões de toneladas de frango, equivalentes a 22,89% da produção nacional. No triênio 2005-2007, a receita acumulada da exportação de carne de frango alcançou 3 bilhões de dólares (tabela 1).

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE CARNES - 1996-2007

CARNES	1996-1998		1999-2001	
	Valor (US\$ FOB) <sup>(1)</sup>	Quant. (kg)	Valor (US\$ FOB) <sup>(1)</sup>	Quant. (kg)
Aves	706 410 059	428 259 717	982 026 591	815 282 905
Suínas	829 012 596	477 718 273	1 141 385 366	907 959 493
Bovinas	883 886 187	488 456 418	1 266 001 504	946 618 676
TOTAL	2 419 308 842	1 394 434 408	3 389 413 461	2 669 861 074

  

CARNES	2002-2004		2005-2007	
	Valor (US\$ FOB) <sup>(1)</sup>	Quant. (kg)	Valor (US\$ FOB) <sup>(1)</sup>	Quant. (kg)
Aves	1 658 043 510	1 567 712 560	3 067 631 235	2 385 845 614
Suínas	2 159 327 203	1 886 841 777	3 702 161 560	2 694 156 402
Bovinas	2 395 872 556	1 976 268 485	3 813 189 869	2 736 960 474
TOTAL	6 213 243 269	5 430 822 822	10 582 982 664	7 816 962 490

FONTES: MDIC-SECEX, FMI

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Valores acumulados no período, a preços de 2007, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor dos EUA.

O sistema produtivo nacional recebeu grandes investimentos em 2008. A Tyson Foods, maior processadora de carnes do mundo, adquiriu três avícolas no sul do País. Uma delas, recém-inaugurada, localiza-se em Campo Mourão, região Centro-Ocidental do Paraná. A Sadia investiu R\$ 1,6 bilhão neste ano e, apesar do prejuízo estimado em R\$ 760 milhões com contratos derivativos de câmbio, tem boas perspectivas para 2009: três de seus frigoríficos estão habilitados a exportar para a China, e os mercados do Oriente Médio, sem grandes problemas de liquidez, absorvem praticamente um quarto da exportação da companhia. Os países do Oriente Médio também demandam grande parte da produção da Perdigão. As nações da região, em conjunto, tornaram-se o principal mercado da carne de frango da empresa, suplantando a demanda européia. No final do primeiro semestre de 2007, os embarques para os países árabes eram responsáveis por 23,1% da receita externa da Perdigão. Um ano depois, essa participação havia crescido para 26,5%.

As cooperativas do Paraná planejavam, antes da crise de crédito, significativos incrementos em suas estruturas de processamento de carne de frango. A queda na demanda externa, contudo, sugere que, no curto prazo, as instalações recém-inauguradas ou em vias de implantação sejam subutilizadas. A Coasul Agroindustrial, de São João, Sudoeste Paranaense,

construirá frigorífico e fábrica de ração – um investimento de R\$ 80 milhões, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com início de operações previsto para 2010. A Cocari, sediada em Maringá (Noroeste do Estado), decidiu se desfazer de uma destilaria para investir na avicultura. Serão alocados R\$ 75 milhões em um abatedouro e R\$ 15 milhões em fábrica de ração. A Coagru, de Ubitatã, região Centro-Ocidental, se associou ao frigorífico Big Frango para a construção de abatedouro e fábrica de ração orçados em R\$ 45 milhões. A Coopavel, de Cascavel, espera concluir a construção de novo frigorífico em fevereiro de 2009.

As iniciativas de financiamento às exportações do governo federal podem, emergencialmente, suprir a liquidez dos exportadores. Estes deverão enfrentar um período de duras renegociações de preços em seus contratos, provocada pela desvalorização do real. Também terão que lidar com elevação do *spread* bancário (diferença entre o custo de captação e de repasse de recursos), resultado da concentração bancária e, no curtíssimo prazo, do ubíquo risco de calote. No longo prazo, à medida que os fluxos de crédito normalizem-se, os produtores encontrarão mercados populosos com consumo crescente de carne (tabela 2). Embora mercados maduros, como Estados Unidos e União Européia, tenham seu consumo *per capita* estagnado, os mercados emergentes devem suprir essa lacuna, desde que a trajetória de incremento de renda dessas economias seja mantida.

TABELA 2 - CRESCIMENTO PROJETADO DO CONSUMO *PER CAPITA* - 2008-2017

UNIDADE GEOGRÁFICA	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)		
	Bovina	Suína	Frango
China	2,98	-	-
Hong Kong	1,63	-	0,86
Egito	1,15	-	1,35
Indonésia	-	2,14	3,52
Japão	1,75	-	-
México	-	1,38	1,15
Leste Europeu	1,18	2,25	1,73
Filipinas	-	1,70	1,41
Rússia	-	2,25	1,37
África do Sul	2,53	-	2,47
Coréia do Sul	2,62	1,38	2,72
Taiwan	2,57	1,86	1,82
Tailândia	1,54	1,53	1,19
Ucrânia	1,73	2,96	2,91
União Européia	0,35	0,45	0,35
Estados Unidos	-0,33	-0,19	0,24

FONTES: FAPRI, MAPA

# ECONOMIA PARANAENSE: SÍNTESE DOS RESULTADOS DE 2008

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

A economia do Paraná vem apresentando resultados expressivos no ano de 2008, como reflexo do propício ambiente macroeconômico, vigente até o agravamento da crise financeira global, e de fatores diferenciais ligados à base produtiva local. Segundo projeção do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado registrará crescimento de 5,8% no atual exercício, superando a taxa de 5,2% estimada pelo Banco Central para a economia brasileira, por conta da combinação dos bons desempenhos dos setores agropecuário, industrial e de serviços.

Na atividade primária, verifica-se ampliação da produção de grãos, com a colheita de 31,5 milhões de toneladas na safra 2007/2008, o que representa acréscimo de 7,8% em comparação à temporada anterior, quando foram produzidas 29,2 milhões de toneladas (tabela 1). Esse aumento foi sustentado principalmente pelo trigo e pelo milho, cujas variações das quantidades colhidas alcançaram 58,3% e 7,8%, respectivamente. Ademais, cabe mencionar os pronunciados resultados das culturas da cana-de-açúcar, mandioca e batata, que anotaram incrementos produtivos de, respectivamente, 21,3%, 17,8% e 15,6%.

TABELA 1 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA - PARANÁ - SAFRAS 2006/2007 E 2007/2008

PRODUTO	PRODUÇÃO (toneladas)		VARIÇÃO (%)
	Safra 2006/2007	Safra 2007/2008	
Grãos – total	29 233 833	31 506 021	7,8
Milho	14 258 086	15 369 445	7,8
Soja	11 876 790	11 897 214	0,2
Trigo	1 927 216	3 050 597	58,3
Feijão	766 792	764 031	-0,4
Arroz	174 258	172 821	-0,8
Outros grãos	230 691	251 913	9,2
Batata-inglesa	591 754	684 104	15,6
Cana-de-açúcar	45 887 548	55 659 175	21,3
Mandioca	3 365 003	3 962 626	17,8

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Em sintonia com a agricultura, a atividade pecuária vem exibindo considerável crescimento no Paraná. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os abates de aves avançaram 21,4% no primeiro semestre de 2008, no confronto com igual período de 2007, atingindo 1,2 milhão de toneladas. No mesmo intervalo, a quantidade de leite adquirida pelas indústrias totalizou 799,0 milhões de litros, o que corresponde a uma elevação de 16,6% em relação aos 685,2 milhões de litros registrados nos seis primeiros meses do ano passado.

No que tange ao setor manufatureiro, observa-se aumento de 10,4% da produção física industrial do Estado no acumulado até o mês de outubro – acima da variação de 5,8% contabilizada pelo País –, com destaque para os ramos de veículos automotores e edição e impressão, que apresentaram altas de 33,6% e 28,5%, respectivamente (tabela 2). A notável performance da indústria reflete ainda o dinamismo dos segmentos de minerais não-metálicos, impulsionado pela construção civil; papel e celulose, que recebeu vultosos investimentos nos últimos anos; e máquinas e equipamentos, cuja expansão deriva principalmente do aumento da produção de máquinas agrícolas.

\* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - JAN-OUT 2008

ATIVIDADE ECONÔMICA INDUSTRIAL	VARIAÇÃO (%) <sup>(1)</sup>
Alimentos	-3,3
Bebidas	4,4
Madeira	0,6
Celulose, papel e produtos de papel	16,6
Edição e impressão	28,5
Refino de petróleo e álcool	4,7
Outros produtos químicos	-19,3
Borracha e plástico	13,7
Minerais não-metálicos	24,2
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	4,2
Máquinas e equipamentos	14,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-1,8
Veículos automotores	33,6
Mobiliário	-5,1
TOTAL	10,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

(1) Em comparação ao mesmo período de 2007.

Já no que se refere ao Setor de Serviços, mais precisamente ao comércio varejista, vem sendo registrada elevação significativa do volume de vendas, assim como das receitas nominais. De janeiro a outubro de 2008, o volume de vendas do comércio varejista paranaense cresceu 7,6%, enquanto as receitas nominais, sem a exclusão do efeito inflacionário, evoluíram 12,6% (tabela 3).

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS E DA RECEITA NOMINAL DO COMÉRCIO VAREJISTA - PARANÁ - JAN-OUT 2008

RAMO	VARIAÇÃO (%) <sup>(1)</sup>	
	Volume de Vendas	Receita Nominal
Combustíveis e lubrificantes	0,8	0,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,0	14,7
Hipermercados e supermercados	3,9	14,4
Tecidos, vestuário e calçados	7,3	10,5
Móveis e eletrodomésticos	12,8	10,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	13,0	17,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	13,1	18,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	97,6	71,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	19,8	23,4
COMÉRCIO VAREJISTA	7,6	12,6

FONTE: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio

(1) Em comparação ao mesmo período de 2007.

Os ramos de materiais para escritório, informática e comunicação e móveis e eletrodomésticos sobressaem em volume de vendas, exibindo variações positivas de 97,6% e 12,8%, respectivamente, no período em análise. O segmento de hipermercados e supermercados, com o maior peso relativo no comércio varejista, apresenta acréscimo de 3,9%.

Entre outros indicadores, podem-se citar ainda os referentes ao emprego formal e às exportações. Nesse último caso, constata-se que as vendas externas estaduais somaram US\$ 13,4 bilhões nos dez primeiros meses de 2008, valor que representa aumento de 30,2% em relação a idêntico período de 2007, suplantando até mesmo o resultado obtido em todo o ano passado. O notável desempenho das exportações pode ser imputado principalmente aos produtos agropecuários e agroindustriais, como a soja em grão, a carne de frango e o farelo de soja, cujas vendas avançaram 94,5%, 49,4% e 43,4%, respectivamente (tabela 4). Além disso, entre os bens de conteúdo tecnológico mais elevado, merecem destaque os tratores, que registraram alta de 71,1% nas exportações de janeiro a outubro de 2008.



TABELA 4 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JAN-OUT 2007/JAN-OUT 2008

PRODUTO	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		VARIACÃO (%)
	Janeiro a Outubro de 2007	Janeiro a Outubro de 2008	
Soja em grão	973 439 030	1 892 951 549	94,5
Carne de frango <i>in natura</i>	905 553 175	1 352 757 234	49,4
Farelo de soja	792 553 093	1 136 729 160	43,4
Automóveis	856 959 806	867 917 573	1,3
Óleo de soja bruto	400 379 819	658 805 530	64,5
Açúcar bruto	308 695 707	401 530 633	30,1
Óleo de soja refinado	195 408 801	396 910 004	103,1
Papel	283 985 008	383 330 200	35,0
Tratores	209 164 457	357 797 233	71,1
Madeira compensada ou contraplacada	322 439 266	350 224 649	8,6
Cereais	572 776 626	327 127 651	-42,9
Motores para veículos	425 427 982	315 301 128	-25,9
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	142 971 784	273 050 585	91,0
Álcool etílico, não-desnaturado	156 442 307	234 361 113	49,8
Autopeças	197 674 421	219 503 117	11,0
Outros produtos	3 544 603 876	4 230 991 606	19,4
TOTAL	10 288 475 158	13 399 288 965	30,2

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Finalmente, no que tange ao emprego, os números também são expressivos. Segundo estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criadas 160,9 mil vagas formais no Paraná até outubro, o que corresponde a uma ampliação de 11,3% em relação a 2007 (tabela 5). Apesar do decréscimo anotado pelas indústrias extrativa e de transformação, foram contabilizados proeminentes aumentos pelos ramos da construção civil, comércio e outros serviços.

TABELA 5 - SALDO DO EMPREGO FORMAL, SEGUNDO GRANDES SETORES - PARANÁ - JAN-OUT 2007/JAN-OUT 2008

SETOR	SALDO (número de vagas)		VARIACÃO (%)
	Janeiro a Outubro de 2007	Janeiro a Outubro de 2008	
Agricultura e silvicultura	13 072	13 270	1,5
Indústrias extrativa e de transformação	62 852	52 498	-16,5
Serviços industriais de utilidade pública	140	639	356,4
Construção civil	10 299	18 070	75,5
Comércio	24 779	31 161	25,8
Adm. Pública	575	849	47,7
Outros serviços	32 879	44 410	35,1
TOTAL	144 596	160 897	11,3

FONTE: MTE - CAGED

A Análise das Condições de Vida da População Brasileira, no período de 1997 a 2007, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro último, e a Síntese dos Indicadores Sociais 2008, elaborada com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2007, confirmam a configuração de um país bastante desigual. Apesar das melhorias observadas nos últimos dez anos, áreas como a da educação apresentam ainda inúmeras carências.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou em outubro deste ano o estudo *PNAD 2007, Primeiras análises, Educação, Juventude, Raça/Cor*, argumentando que emerge dos números da PNAD “um novo Brasil”. Dividida em blocos, a análise discute com profundidade e detalhamento os dados da PNAD e avalia as modificações na área social do País.

Com base nas análises realizadas pelos dois institutos, pode-se verificar um quadro dos avanços e retrocessos na educação no País nos últimos dez anos. A partir delas, são revelados alguns processos sociais, como a melhoria em algumas áreas da educação e novos arranjos na família brasileira. Há uma nova conformação da família, com o aumento daquelas formadas pelos casais que exercem atividade remunerada fora do lar e têm reduzido número de filhos ou não os têm. Há, ainda, crescimento da contribuição dos idosos na renda familiar e elevação da escolaridade e participação da força de trabalho feminina no mercado.

Todavia, ao focar a análise no retrato da educação brasileira, observa-se que se por um lado um segmento da população brasileira adaptou-se às circunstâncias da vida nas grandes cidades e se transformou frente a um mercado cada vez mais exigente em termos laborais, por outro lado o campo da educação mostra-se incapaz de solucionar problemas recorrentes.

Tomando-se como base os dados divulgados pelo IBGE, na última década a taxa de analfabetismo no Brasil entre pessoas com mais de 15 anos teve queda significativa (de 14,7% para 10%). Porém, ainda está aquém da meta Educação Básica de Qualidade para Todos, que integra o compromisso do governo brasileiro no âmbito dos Objetivos do Milênio,<sup>1</sup> pois o Brasil é o sétimo país do mundo em número de analfabetos, sendo que 18 milhões destes nunca passaram pela escola.

Um avanço relevante ocorreu na taxa de escolarização por faixas etárias: o estrato que inclui crianças de zero a três anos teve o maior incremento absoluto, com 1,7 pontos percentuais (p.p.); para crianças de quatro a seis anos, a ampliação foi de 1,6 p.p em relação a 2006. Provavelmente, isso ocorreu em virtude da mudança no quadro geral da educação que ampliou a duração do ensino fundamental para nove anos em 2005, com início aos seis anos de idade. No caso da população de sete a 14 anos, houve decréscimo de 0,1 p.p., o que fez a média nacional de escolarização atingir 97,6%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, também houve decréscimo de 0,1 p.p.

Na média de anos de estudo, a análise do IPEA revela ampliação do número médio dos anos de estudo da população de 15 anos ou mais, com aumento de 0,1 ano em relação a 2006. No Brasil, para todas as regiões, houve aumento de 0,1 ano em relação a 2006. Com isso, a taxa média brasileira chegou a 7,3 anos, tendo como extremos as regiões Sudeste (8,0 anos) e Nordeste (6,0 anos). Desse modo, apenas a primeira região atingiu, ao menos em termos médios, a escolarização mínima obrigatória estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

Entende-se que o aumento dos anos de estudo promoveria maior inclusão de jovens e adultos – o que resultaria em ganho significativo da escolaridade média da população brasileira –, assim como a conclusão no ensino fundamental em idade adequada, meta estabelecida pelo governo federal, elevaria o nível médio da escolaridade e favoreceria a obrigatoriedade do ensino médio determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou seja, uma ação depende da outra para obterem-se os avanços necessários à educação no País.

\* Pedagoga, técnica da equipe permanente desta publicação.

<sup>1</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no que tange à educação, visam garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a defasagem dos ciclos de estudos reflete-se no tempo médio esperado para conclusão. Por exemplo, em 2006, um aluno levava 5,0 anos para terminar a 4.<sup>a</sup> série e 10,0 anos para terminar a 8.<sup>a</sup> série.

A análise dos dados, de forma geral, revela melhoria significativa na educação, porém o que se discute é o nível de aprendizado efetivo das crianças e jovens na escola. Acredita-se existir um hiato entre o que se ensina em sala de aula e o conhecimento apreendido e como este elevaria a capacidade cognitiva da criança e do jovem auxiliando no discernimento, nas escolhas e perspectivas de vida profissional futura.

Sabe-se, entretanto, que o fato de a criança ou o jovem estar freqüentando a escola não garante sua aprendizagem. No entanto, a educação não pode estar desvinculada de um todo em que estão envolvidas a família, a comunidade e as condições mínimas de vida em sociedade.

Um exemplo em que diversas ações coordenadas interferem no resultado pode ser encontrado na pesquisa *Redes de Aprendizagem*<sup>2</sup>, realizada em 2007 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pelo Ministério da Educação (MEC) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). O principal objetivo do estudo foi identificar boas práticas de redes municipais de ensino espalhadas pelo Brasil. Foram analisados fatores relacionados à gestão, à formação dos profissionais da educação, às práticas pedagógicas, ao ambiente educacional e às condições de aprendizagem.

As redes foram escolhidas com base no cruzamento das informações socioeconômicas dos alunos, extraídas do questionário que faz parte da Prova Brasil<sup>3</sup>, com informações dos municípios e com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para cada rede foi calculada a diferença entre o IDEB observado em 2005 e o IDEB médio estimado, uma espécie de média dos IDEBs das redes municipais, tomando como base o perfil socioeconômico dos alunos e dos municípios. A diferença representa quanto cada rede municipal se destaca em relação à média.

O estudo considerou somente as escolas que preenchiam os critérios positivos quanto às diferenças socioeconômicas dos alunos, de suas famílias e do município em que estão inseridas. As redes selecionadas tiveram classificação até 200 no Indicador de Efeito Redes Municipais (IERM-IDEB) e IDEB (2005) maior ou igual a quatro nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Dentre as 2.346 redes municipais analisadas no País, com alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental que possuíam pelo menos duas escolas municipais com Ideb (2005), apenas 103 atendiam a esse primeiro critério de seleção.

Nas 37 redes encontradas nos 5.564 municípios brasileiros, a valorização social da educação e da aprendizagem eram as metas do trabalho. Os dez pontos citados como responsáveis pelo desempenho positivo das redes foram: foco na aprendizagem, consciência e práticas de rede, planejamento, avaliação, perfil do professor, formação do corpo docente, valorização da leitura, atenção individual ao aluno, atividades complementares e parcerias. O estudo mostrou um retrato em que a aprendizagem é possível quando existem ações conjugadas, como parcerias feitas entre Estado, mediante políticas públicas, e com o apoio da sociedade beneficiada.

Apesar de ser uma experiência positiva e específica em redes municipais, ainda existem inúmeras deficiências na educação pública brasileira, como carência de qualidade e de educação continuada dos professores. A sintonia com metodologias e tecnologias de ensino deveria ir ao encontro das necessidades individuais dos alunos, como, por exemplo, a redução do déficit de atenção e das dificuldades na aprendizagem.

Além desses problemas, com a atualização constante dos professores existem entraves que envolvem outros fatores, como a falta de acesso à cultura e aos avanços da microinformática, pois muitas escolas ainda estão mal-aparelhadas, sem uma infra-estrutura mínima para alunos e professores, faltando bibliotecas, quadras esportivas, laboratórios de ciências e informática – essenciais ao desenvolvimento integral do aluno, atualmente.

A exemplo disso, estudo realizado pelo IPEA sobre a infra-estrutura das Escolas Brasileiras de Ensino Fundamental<sup>4</sup>, publicado em maio deste ano, demonstra como ponto positivo que o aumento do número de horas-aula de três para quatro, por exemplo, diminuiria a defasagem escolar em 5,7 pontos percentuais, com custo de 33% na folha de pagamento.

<sup>2</sup> Redes de Aprendizagem. Publicação com os resultados da pesquisa está disponível em «[http://www.unicef.org/brazil/pt/Redes\\_de\\_aprendizagem.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/Redes_de_aprendizagem.pdf)» Acesso em: 12 dez 2008.

<sup>3</sup> A Prova Brasil foi idealizada para produzir informações sobre o ensino oferecido por município e escola, individualmente, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. Como avaliação que compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil é desenvolvida e realizada pelo INEP. Sua primeira edição ocorreu em novembro de 2005, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação.

<sup>4</sup> SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O impacto da infra-estrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental – 1998 a 2005**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008. (Texto para discussão, 1338). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1338.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1338.pdf)>. Acesso em: 12 dez 2008.

Utilizando os resultados do Censo Escolar de 1998 a 2005 e realizada em 132.603 escolas do País, a pesquisa também avaliou elementos como número de alunos por turma, localização e bibliotecas ou salas de leitura das escolas, e que a redução de 40 para 26 alunos por sala diminuiria a evasão escolar em até 3,9%. O estudo conclui que, em geral, os efeitos desses pontos não deveriam ser descartados, principalmente na formulação de novas políticas públicas para evitar a evasão escolar. A implementação dessas políticas aumentaria a média e reduziria a desigualdade na distribuição dos resultados escolares.

Conclui-se que as limitações sociais da educação, como baixa condição socioeconômica dos alunos e gestões ineficientes das escolas, continuam recorrentes; entretanto, existem soluções, como as redes de aprendizagem por meio de políticas públicas dirigidas, que reduziriam as desigualdades escolares. O desafio do sistema educacional brasileiro continua amplo e ambicioso, sugerindo um conjunto de ações, que demandam aumento significativo não apenas de investimentos, como também de coordenação e avaliação eficiente e contínua de sua gestão.

## AGRICULTURA

### Cultivo de seringueiras no Paraná

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) do Paraná, em parceria com produtores e cooperativas, como a Cocamar, de Maringá, planeja estimular a heveicultura (cultivo de seringueiras) no Norte e Noroeste paranaenses, com o objetivo de incrementar a renda da agricultura familiar. Segundo a SEAB, o plantio poderá ser combinado com o de café. O período de implantação dificulta os investimentos, pois leva de seis a oito anos. No entanto, há possibilidade de uso de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-Eco) para o plantio.

O plano, lançado em novembro, prevê a ampliação de viveiros e a produção de mudas para o plantio de mil hectares por ano, a partir de 2010. O custo de implantação é estimado em R\$ 4 mil por hectare, e a média de renda bruta é de R\$ 6,5 mil, depois do sétimo ano de cultivo. A vida produtiva de uma árvore é estimada em cerca de 35 anos. O acompanhamento técnico da cultura será feito pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

LIMA, Marli. Novo plano procura estimular plantio de seringueiras no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 nov. 2008. Empresas, p. B11.

### FINEP financiará projeto do IAPAR

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Ministério da Agricultura e o Ministério de Ciência e Tecnologia liberarão recursos para projeto de pesquisa do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR).

A pesquisa procurará melhorar o controle de aterramento e compactação do solo de semeadoras utilizadas no plantio direto. O IAPAR desenvolverá sensor, acoplado a plantadeiras, capaz de monitorar variáveis do solo (umidade, densidade e textura). O projeto tem prazo de execução de três anos e orçamento superior a R\$ 1,6 milhão.

FINEP aprova projeto do IAPAR. **Folha de Londrina**, 10 dez. 2008. Economia, p. 3.

## AGROINDÚSTRIA

### Freio na expansão do álcool

De acordo com a avaliação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o setor produtor de açúcar e álcool enfrentou preços deprimidos na safra de 2007/2008 e foi apanhado pela crise internacional quando estava com margem de lucro muito estreita. Esse fato, somado à retração da demanda internacional e à contração de crédito, provocou adiamento de projetos de expansão da indústria alcooleira.

No Paraná, a Cooperativa Agroindustrial de Rolândia (COROL) e a Cooperativa Agrícola Regional de Cana (COOPCANA) postergaram seus planos de implantação de usinas de açúcar e álcool. A COOPCANA planejava a construção de uma unidade com capacidade inicial de moagem de 1,5 milhão de toneladas. Já a COROL, cujo empreendimento custaria R\$ 250 milhões, decidiu adiar o projeto para 2010 ou 2011.

LOBATO, Elvira; SOARES, Pedro. Crise freia projetos de expansão de álcool. **Folha de S. Paulo**, 11 nov. 2008. Dinheiro, p. B10.

\* Elaborado com informações disponíveis entre 1.º/11/2008 e 31/12/2008.

\*\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\* Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias do IPARDES.

## Fusão de laticínios

Localizada em Lobato, na região Norte Central do Paraná, a Líder Alimentos fundiu suas operações com a empresa gaúcha Bom Gosto Laticínios. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que detinha participação no controle da Bom Gosto, responderá por 30% da sociedade formada pela união dos dois laticínios, mediante novo aporte de capital. A nova companhia reunirá 17 unidades de processamento e será responsável pela captação diária de 3 milhões de litros de leite.

A Líder Alimentos foi fundada em 1980, como fábrica de queijos. Atualmente, também produz leite pasteurizado, sucos e alimentos à base de soja.

CANÇADO, Patrícia. Bom Gosto e Líder se unem e passam Parmalat. **O Estado de S.Paulo**, 18 nov. 2008. Economia, p. B14.

FUSÃO fortalece Bom Gosto entre os maiores laticínios. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 nov. 2008. Empresas, p. B13.

---

## Coamo distribui R\$ 30 milhões em sobras

A Coamo Agroindustrial distribuiu aos seus associados, de acordo com suas movimentações de soja, milho, trigo e insumos, R\$ 30 milhões em sobras de faturamento. Esse valor é 40% superior ao distribuído em dezembro de 2007, e a cooperativa estima encerrar 2008 com crescimento de 24% em sua receita.

Atuante no Paraná, em Santa Catarina e no Mato Grosso do Sul, a Coamo conta com pouco mais de 20 mil cooperados e tem sede em Campo Mourão, região Centro-Occidental do Estado. Entre 2008 e 2010, a cooperativa planeja investir R\$ 180 milhões em sua estrutura de recebimento e armazenagem de grãos.

LIMA, Marli. Coamo antecipa distribuição de R\$ 30 milhões em sobras. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 dez. 2008. Empresas, p. B11.

---

## INDÚSTRIA

### Volvo lança novo caminhão

O FM 11 litros, novo caminhão rodoviário da Volvo, com cerca de 50 toneladas de Peso Bruto Total Combinado (PBTC), preencherá uma lacuna na oferta da empresa, que ainda não oferecia modelos com motor desse porte. O lançamento é resultado de estudos desenvolvidos num período de cinco a seis anos e recebeu investimentos de mais de US\$ 25 milhões. Com ele, a montadora concluiu seu ciclo de investimentos do período 2006-2008, no qual aplicou US\$ 110 milhões na fábrica brasileira.

No mês de outubro, a Volvo apresentou seu melhor desempenho dos últimos 31 anos, com a venda de 1.037 caminhões.

Em 2008, o mercado brasileiro de caminhões pesados e semipesados deverá demandar entre 80 mil e 82 mil unidades. A expectativa é de que a Volvo responda por 10 mil destas. Porém, é estimada uma queda de 5% a 10% nas vendas de 2009, previsão que gerou demissões na planta curitibana no início do mês de dezembro.

JASPER, Fernando. Volvo prevê mercado até 10% menor em 2009. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 nov. 2008. p. 20.

BERTOLDI, Andréa. Volvo investe US\$ 25 mi em caminhão. **Folha de Londrina**, 6 nov. 2008. Economia, p. 3.

---

### CBEAR implantará usina em Irati

A Companhia Brasileira de Energias Alternativas e Renováveis (CBEAR) decidiu construir em Irati, região Sudeste do Paraná, sua usina de biodiesel. A implantação demandará recursos estimados em 300 milhões de euros, e a unidade ocupará terreno de 120 alqueires. Estima-se que a usina terá capacidade de produzir, anualmente, 600 mil toneladas de biodiesel. O primeiro lote do produto, destinado ao mercado externo, já foi negociado e deverá ser embarcado no início de 2010.

Inicialmente, a soja será a matéria-prima utilizada no processo. Espera-se que produtores de 68 municípios tornem-se fornecedores da usina. A empresa planeja construir 15 postos de armazenamento na região. Futuramente, há planos de utilização de outras culturas para a produção de biodiesel, como girassol, canola e tungue.

MAIOR indústria de biodiesel em Irati. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 14 nov. 2008. p. 15.

---

## Atlas Schindler investe em nova linha de elevadores

Instalada há dez anos em Londrina, Norte do Estado, a Atlas Schindler investiu R\$ 10 milhões no desenvolvimento de nova linha de elevadores, que dispensam a instalação de casa de máquinas e exigem menor quantidade de energia que os demais modelos da marca.

A unidade de Londrina dobrou seu volume de produção desde a implantação e exporta para países da América Latina.

ATLAS Schindler faz dez anos em Londrina. **Folha de Londrina**, 18 nov. 2008. Economia, p. 3.

---

## Tuper adquire sua concorrente Vanzin

A indústria catarinense de autopeças Tuper adquiriu 100% do capital da Vanzin Automotive, produtora de peças plásticas para veículos, com fábrica em Curitiba. O valor da aquisição não foi revelado.

A empresa adquirida teve um faturamento de R\$ 72 milhões em 2007, enquanto a Tuper dobrou seu tamanho nos últimos dois anos e prevê faturamento de R\$ 770 milhões para 2008.

JURGENFELD, Vanessa. Tuper fecha compra da concorrente Vanzin. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 nov. 2008. Empresas, p. B1.

TUPER chega a Curitiba com aquisição. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 nov. 2008. Economia, p. 8.

---

# COMÉRCIO

## O Boticário expandirá rede de distribuição

O Boticário, indústria de perfumaria e cosméticos sediada em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, planeja abrir 100 novas lojas no Brasil e no exterior em 2009. A empresa estima investir R\$ 175 milhões nessa expansão, mesmo volume de recursos aplicado em 2008. No ano que se encerra, a rede fechou suas lojas em sete países, mas abriu postos na República Dominicana e Namíbia.

Em 2007, seu faturamento industrial alcançou R\$ 832 milhões, e a rede de franquias teve receita de R\$ 2,4 bilhões. A companhia espera que, em 2008, o volume de vendas cresça 18% em relação ao ano anterior.

RIOS, Mari. O Boticário vai abrir 100 lojas em 2009. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 dez. 2008. p. 22.

---

# SERVIÇOS

## GVT planeja expansão

A GVT, concessionária de serviços de telefonia e banda larga sediada em Curitiba, obteve empréstimo de R\$ 615,9 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a expansão de sua rede.

Parcela de R\$ 200 milhões deve ser liberada até o final de 2008. O cronograma do empréstimo estipula que os recursos do BNDES serão transferidos até 2011. O contrato tem prazo de oito anos e meio, e prevê carência de dois anos e meio para amortização do principal.

BNDES financia GVT. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 dez. 2008. Empresas, p. B1

---

# ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2008

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008 <sup>(1)</sup>	6 496	16 089	2 477	47 019	172 658	3 672	27 740	680 466	24 530

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008 <sup>(1)</sup>	96 930	147 697	1 524	647 430	53 384 132	82 455	36 751	147 222	4 006



TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2008

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO			conclusão
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535	
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481	
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385	
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125	
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207	
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488	
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870	
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685	
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449	
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478	
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481	
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046	
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824	
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018	
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248	
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285	
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212	
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097	
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559	
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482	
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298	
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499	
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004	
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065	
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444	
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266	
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664	
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068	
2008 <sup>(1)</sup>	508 805	776 625	1 526	176 316	4 095 012	23 225	2 970 617	15 480 957	5 211	

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008 <sup>(1)</sup>	447	1 023	2 289	3 971 913	11 780 089	2 966	1 138 809	3 102 134	2 766

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2008

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Julho	168 954	22 726	39 401
1998	854 517	236 358	193 435	Agosto	183 387	24 239	38 801
1999	957 237	198 873	229 466	Setembro	166 480	23 182	34 590
2000	1 041 412	181 113	235 315	Outubro	195 040	31 336	36 530
2001	1 121 828	197 985	263 451	Novembro	187 998	28 162	36 271
2002	1 235 681	219 350	333 951	Dezembro	177 517	25 686	32 275
2003	1 344 398	219 774	359 139	2008 <sup>(1)</sup>	1 828 170	201 350	337 813
2004	1 557 747	276 806	340 568	Janeiro	207 622	23 875	36 983
2005	1 788 481	308 947	367 765	Fevereiro	185 110	21 375	33 944
2006	1 856 061	316 898	390 394	Março	193 812	20 218	34 780
2007 <sup>(1)</sup>	2 057 318	295 010	437 152	Abril	199 771	24 909	37 634
Janeiro	171 625	24 474	36 043	Maió	200 351	26 589	38 286
Fevereiro	148 550	22 662	33 603	Junho	200 858	23 403	39 267
Março	167 834	22 124	38 377	Julho	225 678	18 112	40 843
Abril	154 305	22 120	33 389	Agosto	202 628	19 546	37 427
Maió	174 150	25 067	40 391	Setembro	212 341	23 323	38 650
Junho	161 478	23 230	37 481				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2008

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941
2007 <sup>(1)</sup>	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 <sup>(1)</sup>	5 487 633	38,46	1 509 321	10,58	6 976 724	48,90	294 298	2,06	14 267 975
Janeiro	257 432	25,17	121 447	11,87	625 783	61,19	18 106	1,77	1 022 768
Fevereiro	346 458	35,56	85 808	8,81	521 469	53,52	20 688	2,12	974 423
Março	417 813	37,92	96 665	8,77	573 064	52,01	14 355	1,30	1 101 898
Abril	537 568	45,24	104 914	8,83	537 739	45,25	8 095	0,68	1 188 315
Maió	912 919	48,79	141 739	7,58	772 403	41,28	44 003	2,35	1 871 064
Junho	594 635	39,98	182 391	12,26	677 193	45,53	33 018	2,22	1 487 237
Julho	832 311	46,09	194 045	10,74	745 504	41,28	34 141	1,89	1 806 000
Agosto	468 709	34,13	179 176	13,05	684 278	49,82	41 237	3,00	1 373 400
Setembro	455 844	33,54	184 086	13,55	682 200	50,20	36 921	2,72	1 359 051
Outubro	381 342	31,38	134 770	11,09	672 234	55,32	26 788	2,20	1 215 134
Novembro	282 603	32,53	84 280	9,70	484 856	55,81	16 947	1,95	868 686

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2008

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007 <sup>(1)</sup>	12 352 857	9 016 749	3 336 109	160 649 073	120 624 439	40 024 634
Janeiro	659 338	474 086	185 252	10 983 868	8 468 319	2 515 549
Fevereiro	761 248	539 368	221 879	10 129 505	7 230 221	2 899 285
Março	1 005 314	751 224	254 090	12 888 956	9 583 081	3 305 875
Abril	1 028 832	507 388	521 444	12 446 172	8 268 307	4 177 865
Mai	1 086 942	740 509	346 433	13 647 281	9 793 915	3 853 366
Junho	1 121 023	608 699	512 324	13 118 083	9 297 190	3 820 893
Julho	1 139 258	1 055 803	83 455	14 119 548	10 775 578	3 343 970
Agosto	1 177 934	733 397	444 537	15 100 029	11 558 343	3 541 686
Setembro	1 063 477	867 363	196 114	14 165 675	10 694 466	3 471 209
Outubro	1 245 111	975 522	269 589	15 767 822	12 333 796	3 434 026
Novembro	1 092 687	837 843	254 844	14 051 330	12 025 393	2 025 938
Dezembro	971 695	925 547	46 149	14 230 803	10 595 830	3 634 973
2008 <sup>(1)</sup>	14 267 975	13 535 930	732 045	184 125 045	161 689 536	22 435 509
Janeiro	1 022 941	803 112	219 829	13 276 884	12 334 133	942 751
Fevereiro	974 475	1 092 216	-117 741	12 799 920	11 919 588	880 331
Março	1 102 108	851 965	250 143	12 612 775	11 600 581	1 012 194
Abril	1 188 507	631 861	556 646	14 058 430	12 313 260	1 745 171
Mai	1 871 670	1 839 228	32 442	19 303 363	15 228 545	4 074 818
Junho	1 487 237	1 380 759	106 477	18 593 307	15 874 848	2 718 459
Julho	1 806 000	1 668 672	137 329	20 451 410	17 148 659	3 302 751
Agosto	1 373 400	1 365 898	7 502	19 746 867	17 472 187	2 274 680
Setembro	1 359 051	1 353 411	5 640	20 017 208	17 262 870	2 754 337
Outubro	1 215 134	1 577 236	-362 102	18 512 308	17 305 138	1 207 169
Novembro	868 686	970 847	-102 161	14 752 573	13 140 212	1 612 361

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2008

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	80,93	83,30	99,00	89,08	92,49	97,11	95,49	93,24
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	106,57	104,55	119,68	116,63	111,83	111,53	111,68	114,28
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	105,64	103,65	118,59	115,48	110,78	110,46	110,74	113,26
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	98,63	78,44	93,03	111,04	135,94	102,22	108,44	107,18
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	180,81	132,56	160,12	154,04	185,55	161,39	169,28	182,58
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	117,98	110,54	130,75	119,37	132,49	131,88	125,30	137,92
Livros, jornais, revistas e papeleria	...	...	...	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	107,72	107,90	107,87	81,91	77,40	75,18	80,79	86,27
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	282,28	250,16	332,66	274,27	300,74	323,06	347,85	355,91
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	144,08	121,11	145,25	156,53	166,21	143,97	143,64	157,85
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	112,28	102,99	120,18	117,44	122,43	116,22	117,35	120,89

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Set/08	Out/08	
Combustíveis e lubrificantes	84,92	80,59	74,37	75,25	90,76	76,56	81,56	88,22	86,35	91,23	97,78	94,77	101,59	101,01	88,57	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	120,84	118,82	118,30	151,80	118,23	118,39	112,34	131,79	119,37	116,07	110,01	113,27	119,88	116,97	124,19	
Hipermercados e supermercados	119,90	117,66	117,24	150,82	116,98	117,68	111,40	130,69	118,11	114,48	108,78	111,90	118,53	115,45	122,77	
Tecidos, vestuário e calçados	98,71	105,38	112,49	195,85	111,45	113,12	85,23	99,63	128,54	133,14	114,23	111,10	112,42	113,61	103,49	
Móveis e eletrodomésticos	166,93	189,45	191,95	271,70	189,80	202,10	157,89	181,37	175,80	208,00	183,11	198,97	197,05	189,80	203,93	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	131,65	138,69	139,12	163,56	144,23	133,32	123,26	142,56	131,88	150,59	143,68	157,74	152,41	152,40	154,45	
Livros, jornais, revistas e papeleria	74,08	61,69	62,72	122,01	97,41	114,83	118,99	107,01	82,86	81,47	91,84	97,00	107,56	101,66	70,84	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	352,63	368,70	370,65	498,93	578,63	425,62	324,40	358,38	407,68	397,94	440,81	483,56	1034,15	1014,53	899,24	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	150,55	173,81	175,84	311,70	108,04	167,21	141,05	185,60	161,48	197,39	181,24	184,92	194,37	182,48	204,62	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	119,66	122,15	121,93	164,31	125,87	123,75	112,01	129,92	123,82	129,10	121,10	125,41	132,34	129,42	131,80	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2008

SEÇÃO/ATIVIDADE	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) <sup>(2)</sup>																			
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	105,6	106,1	128,4
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	88,1	90,9	114,6
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	115,8	108,9	121,1
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	89,2	90,3	91,4
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	115,0	107,8	118,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	197,9	197,8	236,6
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	86,9	69,5	93,2
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	58,0	79,4	83,6
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	108,7	100,4	120,5
Minerais não-metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	90,8	97,7	108,8
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	90,7	99,3	121,9
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	123,6	125,8	147,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	122,2	116,2	131,6
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	167,6	176,0	238,0
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	81,9	84,5	92,6

  

SEÇÃO/ATIVIDADE	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) <sup>(2)</sup>																			
	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Set/08	Out/08
Indústria de transformação	121,4	124,9	122,6	127,4	136,7	123,3	145,6	126,0	117,0	135,1	125,3	118,9	130,8	133,6	142,5	137,9	146,6	139,1	141,1	109,1
Alimentos	121,1	116,6	127,3	127,0	138,1	127,7	133,3	113,0	95,7	113,5	94,9	78,8	103,8	111,5	125,3	123,2	137,5	122,9	123,8	97,5
Bebidas	109,2	105,7	88,9	97,7	116,3	111,8	123,2	165,9	177,6	111,7	114,0	102,1	120,1	109,3	105,1	102,4	103,8	123,2	125,6	105,5
Madeira	86,0	101,3	98,7	98,8	106,2	97,8	98,9	95,0	94,8	96,4	103,3	101,7	104,8	92,6	92,2	90,6	97,5	94,3	90,5	101,1
Celulose, papel e produtos de papel	117,5	111,7	119,5	120,3	124,6	91,4	114,3	106,2	123,2	132,5	131,9	123,1	131,3	133,5	135,1	136,9	142,3	119,2	139,0	113,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	230,0	114,3	102,8	149,9	168,5	155,0	296,9	174,5	150,0	229,1	229,5	210,7	203,9	227,2	351,7	204,0	211,5	214,9	208,7	108,9
Refino de petróleo e álcool	90,5	106,0	99,1	92,6	106,1	103,5	105,6	69,8	103,0	99,3	91,2	89,1	94,5	99,4	108,6	106,6	113,5	88,0	103,2	102,6
Outros produtos químicos	71,5	72,6	89,9	90,5	106,1	101,2	102,5	67,2	67,8	68,9	78,4	66,2	51,7	68,0	56,2	86,2	82,6	56,2	74,6	83,2
Borracha e plástico	105,2	109,0	104,7	111,7	115,9	109,3	128,1	116,6	107,1	125,4	117,4	110,6	119,2	124,0	129,5	122,6	133,8	134,5	136,7	112,1
Minerais não-metálicos	119,6	115,5	87,5	83,2	83,1	79,0	100,3	93,0	83,0	118,3	100,6	106,9	111,8	112,0	119,2	120,1	130,0	134,2	129,7	119,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	113,3	125,9	97,7	120,1	127,0	106,8	110,3	90,1	91,0	114,5	98,0	96,6	105,5	117,0	118,1	121,3	127,8	122,9	123,7	101,1
Máquinas e equipamentos	130,8	155,1	152,7	162,6	141,1	145,0	166,8	165,4	158,2	163,6	161,5	158,1	170,4	165,2	172,8	170,1	142,4	165,7	165,9	116,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	137,9	152,2	139,1	153,9	165,0	129,6	137,0	137,0	134,8	133,8	150,1	136,1	129,1	117,9	123,1	143,3	145,8	129,5	129,1	100,4
Veículos automotores	185,7	233,0	215,8	228,0	255,2	206,3	289,6	275,5	194,8	285,1	245,3	260,0	297,0	287,1	265,9	272,4	315,7	323,1	299,4	135,2
Mobiliário	93,4	100,3	95,4	100,9	109,6	105,3	114,9	126,9	113,1	91,7	90,6	81,7	81,4	81,7	90,7	91,6	101,2	105,9	100,9	97,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2008

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	106,1	106,3	107,5	108,5	109,3	109,0	108,6	110,3
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	76,6	77,2	76,9	76,6	77,7	77,1	76,5	77,0
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	106,5	106,7	107,9	108,9	109,7	109,4	109,0	110,7
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	156,6	155,9	157,8	158,1	156,4	157,2	155,5	155,7	154,7
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	110,7	301,0	409,6	411,3	389,2	279,8	84,3	85,2
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	91,5	90,4	93,1	92,8	92,6	92,2	91,7	94,3
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	122,1	125,6	127,4	130,4	130,9	127,7	126,2	129,7
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	104,4	93,6	98,0	100,7	99,8	100,5	101,0	108,8	112,5
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	51,0	50,0	51,0	50,3	48,3	47,3	47,7	51,7
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,5	125,7	126,8	126,9	127,4	128,1	127,0	127,3
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	150,6	156,6	185,3	245,7	276,8	272,4	260,2	263,8
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	106,0	105,6	106,5	106,8	108,0	109,1	108,2	108,4
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	93,5	94,0	94,8	94,7	96,4	97,5	96,3	97,2
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	131,5	129,3	127,2	128,3	127,6	128,5	128,3	130,6
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	65,3	65,8	65,9	65,7	66,1	67,0	66,5	69,1
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	94,5	92,9	93,4	93,2	95,0	97,2	95,0	95,6
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	124,0	120,6	121,0	128,4	130,9	131,5	135,1	139,4
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	91,3	95,2	97,6	98,3	99,9	98,2	96,8	94,0
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	133,7	133,4	135,7	137,5	139,6	141,4	142,2	145,5
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	65,9	64,4	63,9	63,5	64,4	66,5	65,4	65,2

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Set/08	Out/08
Indústria geral	111,4	111,3	110,9	108,7	110,2	109,4	109,9	110,2	110,8	110,4	110,7	111,1	111,5	111,0	110,9
Indústrias extrativas	76,1	76,2	76,4	75,2	75,1	73,0	75,4	75,9	75,8	75,9	75,4	74,7	74,8	76,5	76,8
Indústria de transformação	111,9	111,7	111,3	109,2	110,6	109,8	110,4	110,6	111,2	110,8	111,1	111,6	111,9	111,5	111,3
Alimentos e bebidas	157,4	157,4	157,4	155,9	160,9	161,4	160,2	160,9	161,6	160,5	160,4	162,6	160,9	162,9	163,9
Fumo	86,0	89,0	98,4	99,2	194,0	129,1	160,9	229,3	230,5	220,0	166,4	106,5	104,5	103,7	101,2
Têxtil	92,8	86,1	85,8	83,6	87,0	84,8	88,5	88,2	87,7	85,9	85,5	85,0	86,0	85,5	81,4
Vestuário	130,2	126,1	127,6	121,5	118,2	116,5	119,3	117,9	119,3	117,1	116,5	114,2	116,3	116,6	114,6
Calçados e couro	113,2	114,5	113,1	97,3	100,5	96,6	98,7	100,2	104,5	102,5	102,4	106,9	111,5	106,9	98,9
Madeira	52,2	51,1	49,2	49,0	49,5	50,4	50,2	49,7	48,7	48,2	47,1	44,2	43,4	42,7	41,7
Papel e gráfica	129,9	129,8	128,5	127,3	123,9	124,0	124,4	123,5	123,9	123,75	123,9	123,9	127,4	126,4	127,9
Refino de petróleo e combustíveis	268,1	268,1	254,7	177,3	214,8	159,3	168,6	212,1	260,8	273,0	292,8	295,4	293,0	292,7	293,3
Produtos químicos	109,4	108,7	109,0	108,8	111,9	110,9	111,7	111,9	112,0	113,1	112,1	114,8	115,1	89,1	87,2
Borracha e plástico	93,3	94,3	93,7	91,0	89,7	88,0	89,6	90,1	90,0	90,7	94,7	93,9	94,4	95,4	95,3
Minerais não-metálicos	129,2	132,5	132,1	131,8	134,2	133,5	132,0	134,2	134,0	137,4	133,2	136,6	135,6	132,6	134,1
Metalurgia básica	69,3	72,2	71,6	71,1	71,0	72,0	70,1	71,2	70,7	71,3	72,1	71,1	72,8	73,4	73,7
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	98,9	99,4	99,2	97,6	96,8	98,3	97,3	95,8	97,0	95,7	100,0	103,6	105,5	105,1	104,9
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	141,4	143,8	145,7	147,7	158,4	153,1	158,9	160,5	159,6	160,1	163,0	165,6	166,0	165,8	166,4
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	94,4	93,2	91,0	90,2	100,3	96,6	98,1	99,7	101,8	105,2	105,6	107,4	107,6	110,9	110,5
Fabricação de meios de transporte	148,6	149,0	149,7	149,4	149,3	147,4	147,9	150,3	149,4	151,3	151,9	152,0	150,0	155,0	155,6
Fabricação de outros produtos	66,2	68,9	69,6	70,4	65,0	68,7	67,3	64,4	63,8	61,0	60,5	62,1	63,7	65,2	66,6

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2008

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090
Abril	12 696	1 071	3 407	5 078	5 226	-	27 478
Mai	6 433	1 151	2 289	3 965	2 522	-	16 360
Junho	3 542	708	1 650	1 498	1 068	-	8 466
Julho	3 804	1 296	2 201	2 877	-110	-	10 068
Agosto	5 682	1 515	2 802	2 503	-466	-	12 036
Setembro	5 380	1 192	3 449	3 699	469	-	14 189
Outubro	4 695	510	4 745	2 691	447	-	13 088
Novembro	735	-734	6 739	3 071	-828	-	8 983
Dezembro	-17 203	-1 554	-1 016	-4 954	-6 491	-	-31 218
2008	53 137	18 070	31 161	45 259	13 270	-	160 897
Janeiro	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317
Fevereiro	4 606	1 658	2 389	5 895	182	-	14 730
Março	9 166	809	3 402	6 973	4 735	-	25 085
Abril	9 961	1 647	4 015	5 645	5 079	-	26 347
Mai	5 167	3 095	3 015	4 541	921	-	16 739
Junho	4 141	1 784	3 386	3 225	1 408	-	13 944
Julho	3 700	2 722	2 298	4 546	369	-	13 635
Agosto	3 474	1 831	3 998	5 264	128	-	14 695
Setembro	6 264	1 623	4 454	4 594	469	-	17 404
Outubro	387	380	3 276	1 603	355	-	6 001

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2008

ANO	PARANÁ <sup>(1)</sup>		BRASIL <sup>(1)</sup>	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Varição Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	2,66
2003	109 459	4,48	1 699 948	1,15
2004	122 434	4,94	1 941 498	5,66
2005	126 677	-0,10	2 147 239	3,16
2006	136 681	2,04	2 369 797	3,97
2007 <sup>(3)</sup>	150 712	6,0	2 597 611	5,7
2008 <sup>(4)</sup>	...	5,8	...	5,2

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná.

(4) Projeção do IparDES para o Paraná e do Banco Central (mediana das expectativas de mercado em 28/11/2008) para o Brasil.